

Abertura da reunião: dez horas e trinta e três minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

Data: 8 de maio de 2020 -----

Local: Por videoconferência -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

Vereadores: António Manuel Almeida Rego da Silva

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

Secretário: Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social,
António José da Silva Fernandes

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente João Paulo Fonseca, disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 89 de 7 de maio de 2020, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 21 de abril a 4 de maio. -----

Presidente João Paulo Fonseca começou por dizer que o período de antes da ordem do dia terá a duração de uma hora, dará algumas notas, daquilo que foi a atividade do município, entre a última reunião e esta, e depois segue aquilo que é a regra de intervenção dos senhores vereadores. Em relação ao que se passou entre a última reunião e esta, deu conta de que foram feitos, pelo ACES Douro Sul, os testes de zaragatoa, às IPSS do concelho, quer a utentes, quer a colaboradores, até ao momento foram testados quatro Lares, o Lar do Centro Paroquial de Fontelo, o Lar da Santa Casa da Misericórdia, o Lar de São Cosmado e o Lar de São João Batista, na próxima semana serão efetuados testes

ao Lar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso. Em relação a esta matéria também deixou a indicação do que aconteceu nos oito municípios do Douro Sul, portanto, foi um acordo entre a ARS Norte e várias entidades, e para acelerar este processo de testes aos Lares, aquilo que ficou estipulado foi que o concelho de Armamar, o concelho de Lamego e o concelho de Tarouca seriam testados pelos técnicos do ACES Douro Sul, que se deslocaram às nossas IPSS, e que fizeram logo os testes na totalidade quer a colaboradores quer a utentes, nos municípios de São João da Pesqueira, de Penedono e de Tabuaço, quem fez os testes, mas apenas e só aos colaboradores das IPSS, foi o Camião da Esperança, os utentes ainda vão ser testados à “posteriori” pelo ACES Douro Sul, quem efetua os testes nas IPSS de Moimenta da Beira e de Sernancelhe são os técnicos do INEM, foi esta a solução que a ARS Norte construiu com esses parceiros, neste caso com o Camião da Esperança com Aces Douro Sul e com o INEM, portanto aí a não vinda do Camião da Esperança a Armamar. Porque aquilo que ele viria fazer foi aquilo que os técnicos do ACES Douro Sul estão a fazer. Referiu que neste momento os três concelhos, cobertos pelo ACES Douro Sul, são aqueles que estão mais adiantados em termos de testes gerais, quer a utentes, quer a colaboradores, deixou esta indicação para que percebam. Explicou que o Camião da Esperança, aquilo que está a fazer, em parceria com a ARS Norte, com a ARS Centro e com a ARS Sul, é fazer testes não à população em geral, mas fazer testes aos colaboradores das IPSS, e portanto é essa a razão por o Camião da Esperança não ter passado aqui em Armamar, nem em Lamego, nem em Tarouca, nem em Moimenta da Beira, nem em Sernancelhe. Falou sobre a alteração do Estado de Emergência, para o Estado de Calamidade, que originou a abertura de algum tecido comercial, que até à data tinha as portas fechadas, e que o município distribuiu, por todo o comércio do concelho, um Kit com vinte e cinco máscaras, referiu que é natural que alguns clientes possam apresentar-se, às portas dos estabelecimentos, sem a devida máscara, foram distribuídas mil setecentos e cinquenta máscaras a todo o comércio do

concelho. Em relação àquilo que constava no e-mail enviado pelo vereador Luciano Gomes dizer-lhe que “desplante” era a câmara não adquirir meios informáticos que são necessários, não como o senhor afirma que se gastou, quinhentos e quarenta e seis euros, numa reunião de câmara, isso não é verdade, o que a câmara fez foi apetrechar-se com os meios necessários, para que toda a estrutura da câmara os utilize, já todos percebemos que esta forma de comunicar cada vez mais vai ser utilizada, pelo presidente da câmara, pelos vereadores, por todos os colaboradores da câmara, porque grande parte das formações, hoje, fazem-se por videoconferência, grande parte das reuniões. Informou que já fez pelo menos seis reuniões por videoconferência, com entidades três delas sediadas em Lisboa outras duas no Porto, por causa dessas reuniões terem sido efetuadas por videoconferência, a câmara poupou em deslocações, que chega e cresce para pagar esses quinhentos e quarenta e seis euros, que não são para uma reunião de câmara, mas sim para que o município fique dotado dos meios que são necessários, e a partir de agora e atendendo não só a pandemia que se vive no presente, mas àquilo que é a mudança que esta pandemia trouxe ao mundo, e trouxe em termos de comunicação, e portanto este investimento é muito bem empregue e não é nada um “desplante” como afirmou. Informou que já se iniciaram os trabalhos de criação do estaleiro, para o início da obra do Jardim da Imaculada Conceição, portanto durante a próxima semana iniciam-se as obras. Disse que já foram distribuídos pelos alunos que não tinham acesso à Internet, esses acessos, à exceção que não depende diretamente da câmara que são dois móveis de rede Vodafone, que estão encomendados, mas que ainda não chegaram. Deu conta que no plano de desconfinamento os 11.º e os 12.º anos retomarão as aulas presenciais, no dia 18 de maio, e nesse sentido a câmara está a organizar em conjunto com o Agrupamento de Escolas a forma como vão funcionar, nomeadamente, em termos dos transportes desses alunos. Informou que o senhor vereador da educação está a trabalhar naquilo que tem a ver com os transportes, desses alunos, para a Escola, uma vez que atendendo ao

número de alunos temos capacidade, instalada, para transportar esses alunos para a Escola, não vai ser preciso adquirir passes à empresa Transdev. O transporte desses alunos vai ser feito com os meios que a câmara tem à disposição, que são suficientes para o fazer. Disse que na quarta-feira houve reunião da CIMDOURO, com os 19 municípios que a compõem, e após várias discussões e também várias intervenções e um trabalho feito por todos, a CIMDOURO chegou à conclusão que deveria reafectar uma série de verbas, que estavam alocadas a outros projetos, nomeadamente à eficiência energética, ao empreendedorismo e emprego e também algumas verbas do CEI e do CEI+ do IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional, portanto a totalidade dessas verbas que perfaziam cerca de dezasseis milhões de euros, foi decidido que serão utilizadas, quer no combate ao COVID-19, quer aquilo que é a retoma da economia e ajuda às economias locais, portanto as dotações que chegaram para cada área são: cerca de onze milhões de euros para ajuda e auxílio à manutenção dos postos de trabalho, que segundo um levantamento que foi feito abrangerá cerca de dezoito mil trabalhadores na região, esse auxílio está previsto porque isso ainda tem que ser retificado pela Comissão Protecção da Região Norte, está previsto que possa ser através de um subsídio não reembolsável, para pelo menos suportar os encargos que as entidades patronais têm com os trabalhadores da Segurança Social, por um período de quatro meses; um apoio direto aos produtores de maçã que está definido em um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil euros e que será um apoio preço tonelada; também tem alocado uma verba de cerca de três milhões de euros à agricultura do Douro; e cerca de três milhões de euros para o combate e despesas dos municípios têm com o COVID-19. -----

Vereador António Silva, começou por dizer que o senhor presidente já fez mais ou menos um resumo de tudo aquilo que se passou entre a última reunião e esta. Como disse a nível da educação os equipamentos estão praticamente distribuídos, falta um, mas isso porque os pais ainda não o vieram buscar. E como disse da parte da educação estamos

agora à espera das instruções e da fixação dos horários por parte da Escola. Vão regressar à Escola cerca de oitenta alunos, o 11.º e o 12.º ano que provavelmente não virão todos, porque isso fica ao critério de cada encarregado de educação, deixar vir ou não os alunos. Deu a indicação que em princípio vão ser feitas quatro viagens, porque alguns alunos virão de manhã até à hora do almoço depois regressam a casa, e depois do almoço outros alunos para ir buscar e depois levar ao fim do dia. Disse que a câmara aguarda que a Escola fixe os horários, e que as aulas já começam dia 18 de maio. Explicou que temos carros disponíveis e o transporte será feito pela câmara. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que em relação aos subsídios, que vão ser dados pela CIMDOURO, achou muito bem a CIMDOURO alocar verbas para apoiar aqui toda a atividade económica, provavelmente vai ser bom para muitas empresas que têm alguma dificuldade em se manterem a funcionar e referiu que tudo o que seja apoiar as empresas locais é importante para a região. Perguntou sobre os subsídios a fundo perdido, para as empresas, em relação aos funcionários, se vão apoiar os salários na totalidade durante os quatro meses. E quis saber qual é o critério para o apoio aos produtores de maçã, e referiu que deviam pensar noutros produtores, como da cereja e do vinho, e sobre os apoios que dão aos municípios como é que balizam isto. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que naquilo que respeita ao apoio às empresas, o que está definido é um financiamento até 100% das contribuições para a Segurança Social, dos empregadores, durante quatro meses, de todo o leque de empresas da CIMDOURO, exatamente por isso é a ação que tem mais dinheiro alocada é esta com dez milhões de euros. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou para quando estão previstos estes apoios. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que foi enviado, ontem, para a CCDR Norte, porque estamos aqui a utilizar “dinheiros” que eram do impacto e desenvolvimento e coesão territorial, que eram para outras ações, e outras candidaturas, e foi feita a proposta

à CCDR Norte. Na reunião de quarta-feira, também, participou o Presidente da CCDR Norte e que validou entre aspas esta proposta, que teve de ser formalizada para a CCDR Norte, para esta autorizar a alocação de verbas, nestas áreas, para o apoio à economia, e para o apoio à região. Aquilo que se pretende é que na próxima quinta-feira, que são os dias que há reunião do órgão de gestão da CCDR Norte, esta proposta possa ser aprovada, porque o que os autarcas pretendem, é desburocratizar este processo, porque, o que está aqui em causa é também a falta de liquidez das empresas, para que estes apoios possam entrar na economia local, o mais depressa possível e com processos simplificados. Informou que vão ter que apresentar comprovativos, em relação aos pedidos de apoios que são feitos, mas de uma forma muito mais célere, para que os empregadores, “todos sabemos que há muitas empresas nesta região a passar por grandes dificuldades, e aquilo que queremos a todo o custo evitar é que se chegue a uma situação de rotura total”, de encerramento de portas, e aí será muito mais difícil recuperar essa situação, portanto aquilo que se pretende é que seja um processo simplificado. -----

Vereador Jorge Rodrigues, questionou se é preciso apresentar uma candidatura para se ter direito a esse apoio. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que a CCDR Norte é que vai dizer como este processo será feito, e depois cada município vai instruir as empresas, e como a CIMDOURO só têm três técnicos para analisar os pedidos, e a analisar milhares de pedidos é difícil, é passar esta responsabilidade aos municípios. Os empresários dão entrada dos pedidos de apoio no município, o município valida e envia para a CCDR Norte ou para a CIMDOURO para se agilizar o processo. Em relação à maçã, aquilo que foi estipulado e que foi a vontade dos três autarcas, que mais representam a maçã, no território, neste caso, Armamar, Moimenta da Beira e Carrazeda de Ancieães, o valor foi encontrado como uma estimativa de uma produção efetiva e faturada. Tem que haver aqui uma forma de os produtores comprovarem que efetivamente que produzem e

comercialização esta quantidade o que quer dizer que senão chegarem às cento e cinquenta mil toneladas, esse valor grosso modo de um milhão e novecentos mil euros está alocada à maçã, independente de serem cento e cinquenta mil toneladas ou de serem cem mil toneladas ou de serem oitenta mil toneladas, o valor está fechado para esse apoio, o que quero dizer é que se não forem cento e cinquenta mil toneladas se só forem oitenta mil toneladas, o apoio passa de quinze para trinta euros a tonelada, portanto foi esse o cálculo que foi feito. Referiu que se esqueceu de mencionar o apoio que é cerca de novecentos mil euros, para outros frutos e estes outros frutos engloba a cereja, a castanha e a amêndoa. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que vai ser assim um processo um bocadinho difícil e “era bom que realmente isso fosse apoiado, acho que é benéfico e se é para ajudar as empresas”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que estes apoios, são apoios cumuláveis, com outros apoios, que possam vir de outras entidades. Estes apoios são apoios que a CIMDOURO entendeu, daquilo que eram apoios orçamentais que disponham, que entendeu alocar para o território estas ajudas, isto não impede que os empresários possam concorrer a outros programas, para terem essas ajudas, que esta ajuda é acumulável com qualquer outra ajuda e é 100% financiada a fundo perdido. Para a vinha está alocado três milhões de euros, que não são um apoio direto à produção, explicou que quando se fala da vinha e da região demarcada do Douro, fala-se de quase oitocentos milhões de euros de negócio, os colegas que trabalharam a parte da vinha foram os de Murça, Régua, Tabuaço, encontraram para a vinha outra solução, portanto estes três milhões que vão ser alocados para a vinha são para pagar juros de financiamentos dos viticultores que fossam vir a fazer, essencialmente os grandes viticultores. Referiu que no ano passado nesta altura o stock era de cerca de noventa milhões de litros de vinho, este ano tem cento e sessenta milhões, o que quer dizer que, quem não escoar o produto que

tem, vai ter problemas gravíssimos, nessa área, outro problema é que não se pode baixar neste momento o valor médio do vinho do Douro, porque se vão encharcar os mercados com vinho do Douro, deitam por terra um percurso que fizeram ao longo dos anos que foi colocar o vinho do Douro com outro custo no mercado, com outro tipo de renumeração para as empresas. Aqui tem condições para que se possa ter acesso a este financiamento, basicamente, paga os juros dos financiamentos bancários, mas quem recorrer a este tipo de financiamento. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que não vai ser fácil colocar isto em prática pelo menos na parte dos produtores das maçãs. E disponibilizou-se para ajudar, no que for preciso, da Associação de Fruticultores e da Cooperativa, têm todos os produtores registados, as parcelas e as toneladas certinhas, tudo com muito rigor. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse ao Vereador que percebe aquilo que está a dizer, mas explicou que aqui o apoio vai ser com base nas toneladas faturadas. Portanto aqui o valor que está alocado à maçã, independentemente se são cento e cinquenta mil toneladas ou cem mil toneladas, se forem só cem mil terão um apoio vinte ou vinte e dois euros, depois vai depender do comprovativo de produção que apresentem. -----

Vereador Jorge Rodrigues, mostrou-se satisfeito com esta medida, disse que é excelente algo inédito e é uma ação muito importante aqui da CIMDOURO, se chegar a concretizar. Referiu que há muitos produtores com problemas, já desde há dois anos, por causa dos problemas do granizo, e agora com este problema. Disse ser uma excelente notícia e quer que corra tudo bem. E em relação à ajuda aos municípios perguntou como era, se era por número de munícipes, como é que ia ser para Armamar. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que esta situação ainda não está fechada, foi uma das que foi objeto de discussão e que também foi para análise da CCDR Norte. Estes apoios às medidas, de COVID-19, têm a ver com as despesas municipais, mas também, com as despesas essencialmente dos equipamentos sociais, as IPSS. E aquilo que foi

defendido na reunião, foi dito que o apoio, deveria ser pelo número de utentes e pelo número de colaboradores que as IPSS têm. Disse que no universo da CIMDOURO tirando Vila real, Lamego e Moimenta da Beira, Armamar é o concelho a seguir que mais utentes têm em Lares de Idosos, e esta distribuição foi concordado com os autarcas, agora é preciso que a CCDR Norte concorde com esta distribuição. -----

Vereador Jorge Rodrigues, explicou que em relação a esta reunião, tinha sugerido que já fosse presencial, pelo facto de a câmara já estar a receber os munícipes presencialmente. Referiu que foi a informação que deram aos munícipes, que já estavam disponíveis, e achou que esta reunião podia ter sido feita de uma forma presencial. Mostrou-se admirado pelo senhor presidente, na sua intervenção, não ter abordado o assunto do primeiro caso de infeção no “nosso” concelho, desejou que não tivesse acontecido, mas ficou preocupado e disse que “estávamos todos a torcer que realmente não acontecesse em Armamar mas infelizmente aconteceu, e Graças a Deus que é só um”, pediu ao senhor presidente que falasse sobre o que se passou. Informou que a relação que tinha pedido sobre as obras por administração direta, ainda não lhe chegou nada. Perguntou se o evento da Recriação Histórica vai ser feito. Perguntou como é que está o projeto do Museu da Mulher Duriense, se está parado, se já está resolvida a situação da garantia, como é que está. Disse que, nesta fase, neste dois meses, havia outras prioridades, mas referiu que não se pode deixar deteriorar as coisas, porque o trabalho é na rua, quis saber se os funcionários continuam a fazer intercaladamente uma pausa, quis saber como é que está isso, e referiu que na estrada que vai de São Cosmado aos Cardais e na Lapinha está um caos, “tem ouvido muitas pessoas a queixar sobre esta situação”. Em relação à distribuição dos equipamentos de proteção individual referiu que o senhor presidente tinha dito que ia dar conta da distribuição que fez para às IPSS, perguntou qual a quantidade de equipamentos que foram distribuídas pelas IPSS. Referiu estar preocupado em relação às aulas presenciais para 10.º e 11.º anos, mas já foi informado que vai correr tudo bem. Perguntou

ao senhor presidente em relação aos equipamentos que os alunos possuem para terem as aulas à distância se está tudo controlado no concelho, se está bem salvaguardo se todos têm internet, se todos têm computador. Perguntou, porque é que o senhor presidente não respondeu ao e-mail enviado, visto ter sido sugerido pelo senhor presidente, o envio de emails, que se mostrou disponível, mas desta vez não respondeu. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que não recebeu nenhum e-mail, na segunda-feira, do vereador Jorge Rodrigues e solicitou que reencaminhasse o e-mail e que lhe vai responder com todo o gosto. -----

Vereador Luciano Gomes, começou por falar no caso da senhora que testou positivo em Fontelo, conheço a senhora e toda a família e “quero desde já aqui deixar o meu desejo de rápidas melhoras para a senhora e desejar á família que tranquilize, pois tudo irá corre bem, se Deus quiser” disse que esta notícia já era conhecida há mais de oito dias, e não entende porque foi feito tanto secretismo, a notícia devia ter sido dada pelo senhor presidente em primeira mão e acabou por ser o último a informar. Disse que a câmara comprou máscaras e não entende porque não foram distribuídas nenhuma aos moradores me Armamar, foram entregues algumas nos estabelecimentos, mas não a todos. Referiu que nunca mais foram desinfetadas as ruas os passeios e os lugares públicos, disse “não tenho visto, será que o vírus já não está presente”. Disse que tem reparado que há cantoneiros a limpar as estradas, mas as ruas estão cheias de erva e lixo. Informou que durante uma caminhada que fez, passou pelo campo de futebol, estádio da praia, e viu lá jovens a brincar, tirou fotografias não identificou, e manda as imagens para o senhor presidente, se quiser ver, perguntou-lhes quem os autorizou a andar lá, a resposta foi a seguinte: “isto é um lugar público, é de Armamar, por isso podemos brincar aqui quando nos apetecer”. E pediu ao senhor presidente que mandasse limpar o estádio da praia, porque Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Nelas e Tabuaço têm campos de futebol e servem-se deles. E acha que o campo de futebol deveria ser cedido, a título de

empréstimo, a todas as associações que dele precisem e claro que se responsabilizem pelos danos que causarem. Em relação às obras no Jardim em Armamar, gostava que, atempadamente fosse exposto o projeto virado ou a Norte ou a Sul, mas que se veja e demostre bem o que vai ser feito para que não sofra alterações mais tarde. Pediu ao senhor presidente que o informasse, qual “a minha responsabilidade ao tomar conhecimento dos compromissos com a conta corrente e com pagamentos efetuados ao me serem apresentados como matéria de reunião, penso que seja só mesmo para tomar conhecimento, porque se tivesse alguma responsabilidade, teria de ser, claro, consultado antecipadamente e dar o meu parecer, que nunca foi o caso”. Disse que quando tiraram os pilares da capela de São Domingos manifestou desgosto, e agora aparecem nas despesas da câmara a importância de dois mil setecentos e sessenta e sete euros para a compra de um pilar para a referida Capela, perguntou se a Capela agora já precisa de pilares e que foi feito dos históricos e originais que retiraram. Referiu que o senhor presidente acabou por frisar sobre uma chamada de atenção que foi do preço dos quinhentos e tal euros que tinha mencionado na carta, disse que se limitou a transcrever palavra por palavra o que vem transcrito nas despesas ao COVID-19. Deu a sua opinião em relação dois assuntos, em relação à saúde gostaria que a câmara compra-se, máscaras para toda a população ao preço, e que as vendesse ao preço custo, que será à volta de sessenta cêntimos, porque é difícil arranjar as máscaras e custam à volta de dois euros, há quem leve um euro e setenta, um euro e oitenta, dois euros, a câmara fazia uma boa prestação se pusesse um posto de venda de máscaras e até de viseiras, luvas, gel tudo a preço custo. Em relação à economia era uma boa ideia atribuir vales de compras que seriam entregues no comércio tradicional para ajudar a alavancar o comércio e as famílias, por cada “x” compras teriam um vale oferecido pela câmara. Referiu ainda que fosse suspensa, pelo período de oito meses, a tarifa da água de saneamento, sólidos urbanos para ajudar as famílias, para ajudar as empresas, deveria isentar as taxas respeitantes à

atividade económica para o ano de 2020 a todas as empresas com Sede em Armamar. Por fim congratulou com o que o senhor presidente acabou de referir com as medidas anunciadas com o apoio à agricultura e à economia. -----

Presidente João Paulo Fonseca, em primeiro lugar quanto à reunião presencial e para já vai manter assim até que se justifique que seja de forma contrária, explicou que haviam aqui dois cenários possíveis que eram fazer-se todas as reuniões em junho, ou fazerem-se por videoconferência e portanto neste momento “a minha opinião é que deve ser feito desta forma por videoconferência”. Explicou ao senhor vereador Jorge Rodrigues que o executivo não abriu o atendimento presencial aos munícipes, ainda, aquilo que o executivo, que é o presidente e os senhores vereadores com pelouro publicaram, foi que iriam a partir da próxima semana reabrir aquilo que possam ser os atendimentos presencias, com regras estabelecidas, com um número definido de atendimentos diário e com uma pré marcação dos mesmos, portanto, ainda não se fazem reuniões. Referiu que deixamos de estar num Estado de Emergência para se passar a um Estado de Calamidade, mas isto não implica que se abandone tudo aquilo que são as medidas de contenção. Disse ser necessário aguardar o evoluir da situação pandémica nos próximos dias. Quando houver e estiverem criadas as condições acha que as reuniões sejam presenciais, neste momento vão ser usados os mecanismos que estão ao dispor, e que é preferível fazer-se assim por videoconferência, do que se fazerem as reuniões todas em junho. Em relação ao caso de infeção COCID-19 que aconteceu em de Fontelo, informou que a câmara nem sequer tinha obrigação de informar sobre o caso. E em dois mapas de duas entidades, uma entidade de saúde e uma entidade de Proteção Civil onde consta que Armamar ainda não há casos relatados. Porque pelas orientações da Direção Geral de Saúde é que os casos são reportados quando existem num número igual ou superior a três casos. O que foi feito foi ir além daquilo que são as diretrizes da Direção Geral de Saúde e da Proteção Civil. A publicação feita na câmara, na altura, e feita em consonância com o Centro

Paroquial de Fontelo, teve e tem explicação, porque uma coisa é, existe um caso, está perfeitamente identificado, nesse Lar foram feitos, na mesma altura que a senhora foi testada, mais trinta e sete testes quer a utentes quer a colaboradores, para além desses trinta e sete testes, ainda foram feitos mais oito testes, por parte da câmara às funcionárias que estavam a prestar serviço no Lar de Fontelo e todos eles foram negativos, agora quando começa a surgir o boato generalizado que o Lar de Fontelo já tem doze casos infetados, mesmo indo contra aquilo que são as indicações das entidades, “cabe-nos a nós” pelo menos estancar aquilo que pode ser pânico social que se pode criar à volta de uma notícia falsa, e foi com esse intuito que a informação foi dada, porque em bom rigor “nós nem estamos obrigados a fazê-lo”, mas foi por esse motivo, essa comunicação foi feita para amenizar aquilo que já era um boato que era, e não passa de um boato, mas que estava a preocupar as populações e foi feito aquilo que era a “nossa” obrigação de amenizar o impacto das coisas. E em relação ao caso “sinceramente o que me preocupa em relação ao caso e tratar a senhora, que recupere e que fique bem de saúde”. Sobre às obras de administração direta o senhor vereador Jorge Rodrigues tem toda a razão e ainda por cima nesta fase que há algumas pessoas em teletrabalho podem e devem terminar este serviço, para que na próxima reunião possa apresentar todas as obras de administração direta. A Recriação Histórica não vai ser realizada, tal como todos os eventos culturais foram cancelados. Em relação ao projeto da Mulher Duriense, foi remetido à CCDR Norte o pedido de prorrogação do prazo para a entrega do documento em falta, segundo a informação dada pela administração da Caves Vale do Rodo estará para muito breve essa situação, do levantamento técnico, de enviar o comprovativo de que edifício não tem qualquer ónus ou encargo. Em relação às estradas é evidente que há aqui um atraso na manutenção das estradas que também é fruto da situação e do momento em que vivemos porque “se eu tenho a equipa do alcatrão a funcionar em espelho e se são seis e só trabalham três uma semana e depois outra”, mas

durante a próxima semana isso já será alterado. Estão a ser programadas medidas de segurança para implementar no armazém, para que durante a próxima semana já possam trabalhar as equipas completas e iniciar esses trabalhos que efetivamente estão atrasados. Quanto à entrega dos equipamentos de proteção individual às IPSS, na primeira fase foram entregues equipamentos de proteção individual a todas as IPSS do concelho, durante este período, “tivemos” aqui uma situação que é a de haver um caso no Lar de Fontelo, portanto foi prestado aqui mais algum apoio ao Lar de Fontelo, com equipamentos de proteção individual, e também ao Lar de São Cosmado, os outros Lares não têm solicitado o apoio para equipamentos de proteção individual. Quanto aos equipamentos informáticos, todos os alunos que não tinham qualquer tipo de equipamento informático já estão equipados com esse meios e já passamos para uma segunda fase de entrega de equipamentos a famílias também numerosas, têm alunos que precisam em simultâneo de estar ligados para terem o ensino à distância, depois o senhor vice-presidente poderá dar o número mais em concreto, mas “acho que já foi distribuído mais de uma dezena desses computadores como reforço para as famílias numerosas”. Em relação à distribuição de máscaras pela população, a câmara não distribuiu máscaras pela população por dois motivos, primeiro porque todas as juntas de freguesia do concelho já o fizeram ou vão fazer, pelo menos algumas já o fizeram e outras anunciaram que vão distribuir máscaras à população, que são as chamadas máscaras reutilizáveis, houve outros que distribuíram máscaras cirúrgicas, mas numa primeira fase as juntas de freguesia garantiram esse fornecimento de máscara à população. Em relação à venda de máscaras por parte da câmara, desde que coberta em termos jurídicos e contabilísticos, no Posto de Turismo, possa ter lá máscaras a preço custo, a câmara compra máscaras a quarenta e oito cêntimos, portanto pode ter-se no Posto de Turismo, mas é preciso salvaguardar se em termos jurídicos isso é possível. Disse que foi distribuído em todos os estabelecimentos um Kit com vinte e cinco máscaras e os panfletos, para afixação, com as regras do COVID-

19, foram contemplados todos os comerciantes do concelho de todo tipo de atividade, também aos profissionais liberais, todos aqueles que têm, usando este termo, os que têm uma porta aberta aos clientes, foram-lhes entregues essas máscaras. As ruas foram desinfetadas na segunda-feira. Em relação aos cantoneiros, durante esta semana os cantoneiros já andaram na vila de Armamar a fazer a limpeza dos passeios e das ruas, mas ainda não está toda feita, continuam para a semana, porque efetivamente as ruas têm excesso de vegetação, mas isso também se acaba por compreender porque é proibido de herbicidas em locais urbanos, que era mais fácil de conter essa propagação. Quanto ao campo da praia nunca ninguém entregou o campo da praia, aquilo que é a sua natureza de um espaço público e de poder ser utilizado pelos jovens e por quem quiser ir lá e desfrutar do recinto, nunca ninguém impediu isso, mesmo quem hoje está entregue às instalações nunca impediu que o campo fosse utilizado, “e acho muito bem que seja utilizado pelos jovens, portanto aqui não há donos do campo de futebol” há a cedência dos balneários do campo de futebol para uma associação, o recinto desportivo está aberto à prática desportiva de todos aqueles que queiram usufruir dele. Em relação às obras do Jardim é evidente que se coloque o projeto, que está aprovado, para que as pessoas possam ver, e não vai haver alterações ao projeto, portanto foi um projeto aprovado por “nós todos”. Em relação às contas correntes e aos pagamentos, são enviados para vocês serem informados, não têm qualquer responsabilidade, não são vocês que assinam nem as ordens de pagamento nem os devidos compromissos, mas legalmente é necessário dar conhecimento aos senhores vereadores, aquilo que são os compromissos e os pagamentos feitos pela autarquia. Sobre a Capela de São Domingos, não entende muito bem a questão, porque quando foram retirados os pilares da Capela de São Domingos, foram retirados com base em pareceres de entidades que superintendem do património construído, neste caso, pelo IGESPAR, que agora é a Direção Regional de Cultura do Norte. Este sugeriu que fossem retirados aqueles pilares, porque não faziam parte daquilo

que era a construção original da Capela de São Domingos. O pilar a que se refere, o senhor vereador Luciano Gomes, não tem nada a ver com a Capela de São Domingos, este pilar a que se refere tem a ver com a requalificação da Capela junto ao cemitério de Fontelo, e não foram lá colocados pilares novamente em São Domingos. -----

Vereador Luciano Gomes, disse que, o que está lá escrito é um pilar para Capela de São Domingos. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse que está errado e tem de se retificar. Em relação aos vales de compra, diz que é uma situação que tem de ser regulamentada, pois não se pode distribuir os vales a toda a população, tem que se saber como regulamentar e a forma que pode ser ou não feita, porque tem que haver regras apertadas para este tipo de situações, pessoas que comprovadamente tenham necessidades para isso. -----

Vereadora Cláudia Damião, começou por abordar o comentário relativamente à situação da água, disse que esta questão da cobrança da água é realmente um assunto particular, e que tem suscitado até alguns comentários, e de uma vez por todas devia-se, aqui, afinar as agulhas por uma razão muito simples, efetivamente houve famílias que não perderam rendimento e que por isso podem continuar a assumir esses pagamentos, deviam poder continuar a vir fazer os pagamentos ao invés de estar a acumular tudo, e que depois até será um bocadinho mais difícil até da gestão financeira pessoal de cada um. Reconhece que há famílias que ficaram sem o mesmo tipo de rendimentos, e que se devia ter uma atenção particular, a sugestão seria reiniciar a cobrança, massivamente, e aceitar aqueles que tivessem comprovadamente necessidades, depois fazer-se uma avaliação, da condição de recurso, que comprovasse a carência, e assumir-se-ia ou a isenção ou o pagamento fracionado, a modalidade que fosse mais conveniente. Em relação à Capela de São Domingos, e já agora também reconhecer que muitas vezes quem lê os documentos, e não está cem por cento por dentro dos assuntos, pode ter as interpretações, que tiveram os colegas nomeadamente o vereador Luciano Gomes, porque o que está escrito, está

escrito, e às vezes não dá muito mais para tirar a não ser o que lá está. Explicou que à Capela de São Domingos, poderá ter havido aqui este lapso com a coluna mas “eu queria testemunhar também, porque estive muito por dentro do processo da requalificação da Capela” e de facto quando se pediu a intervenção técnica da Direção Regional de Cultura do Norte, para acompanhar toda a operação, na primeira análise foi logo a retirada daquelas colunas, porque efetivamente não faziam parte do edifício primitivo, que nada têm a ver com o espaço, nesta requalificação, elas foram retiradas e pelo que sabemos todos, até porque é visível tiveram uma utilização nobre, elas estão a servir de para suporte de um altar exterior na zona envolvente, é um altar para as missas de exterior coletivas, e também foram as outras colocadas, pelo escadório, que permitiu o acesso mais direto à Ermida. Relativamente ao projeto da Mulher Duriense, explicou que o projeto da Adega, são duas situações distintas, uma o tal projeto da Mulher Duriense da candidatura ao Valorizar e o projeto ao PROVER para a requalificação da obra, relativamente ao primeiro projeto as coisas estão a decorrer na mesma com naturalidade, portanto o estudo que foi adjudicado está a avançar, a outra candidatura que também já foi lançada, e já foi adjudicado o serviço, tem a ver com a criação dos vinte conteúdos em roteiro videográfico para alimentar aquilo que será a aplicação móvel digital, e logo que possível será lançado o concurso do percurso pedestre. Agora relativamente à questão do PROVER, e é essa situação que tem suscitado algumas dúvidas, no que diz respeito à titularidade do imóvel, para se fazerem às obras de requalificação do espaço, disse que o que o senhor presidente explicou corresponde ao ponto de situação, acrescentou que enquanto decorreu a reunião, deu conta de um e-mail, por parte da CCDR Norte a dar conta que efetivamente o termo de aceitação devolvido pela câmara, já assinado, foi aceite. Informou que foi dado mais algum prazo para que a Adega nos faça chegar, a prova da titularidade do imóvel já sem a questão da hipoteca, lembrou que a Adega está a tratar disso, portanto será uma questão de tempo. Relativamente à Recriação Histórica

relembrou que já tinha falado na reunião anterior, nomeadamente nas perdas no setor do Turismo com a impossibilidade de realizar eventos, como estava programado o Fim-de-semana Gastronómico e a Recriação Histórica que estava programada para o mês de maio e não se fez, adia-se, sim ou não, ainda dentro deste ano civil, e assim todos as iniciativas que estamos impedidos de realizar por esta situação. Fez referência ao projeto, que está em curso da colaboração com a Universidade Sénior de Armamar, nomeadamente o Atelier de Costura Solidária, para a confeção de máscaras, fez o ponto de situação dizendo que no início da próxima semana a Universidade Sénior de Armamar estará em condições para nos devolver cerca de trezentas a quinhentas máscaras que estão a confeccionar, e que depois terão a distribuição que for definida. Para terminar deixou uma alusão àquilo que tem sido o trabalho na ação social, é nas alturas de crise, de maior dificuldade, que muitas das famílias, com pouca solidez económica, com pouca estabilidade, manifestam o mais problemático, disse que neste período a situação não está diferente e têm recebido, diariamente, através da nossa linha de apoio à comunidade, que em boa hora foi criada, e foi pensada, por parte dela permite esta proximidade com as pessoas, e de facto têm recebido pedidos de natureza muito diversa e disse que felizmente neste trabalho de parceria com as instituições que estão no terreno, quer saúde, quer social, quer as nossas instituições locais, estão a conseguir dar resposta àquilo que têm sido as necessidades que são reportadas. -----

Presidente João Paulo Fonseca, antes de terminar o período antes da ordem do dia, informou que, ontem, foi enviado para publicação no Diário da República o concurso público referente à Eficiência Energética do Edifício, que será publicitado e com certeza estará aberto para as empresas concorrerem. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação às ordens de pagamento que já várias vezes falaram nisto disse que não têm responsabilidade nenhuma e que pedem algum esclarecimento de alguns pagamentos, e que depois isto é colocado em ata e outras vezes não, apenas dizem

que foram prestados esclarecimentos aos vereadores que perguntaram. Quis saber sobre a despesa de uma carta de condução, para alguém, com mais de setenta anos, e quis saber sobre a despesa da ração, porque se continua a comprar ração para cães, para quem é a ração. E referiu que há pessoas com dificuldade e que têm animais e compram a ração, quer saber se estas pessoas podem-se candidatar a esse apoio da câmara já que estão a comprar a ração. Começou por dizer que ficou surpreendido, que neste momento há instituições com problemas financeiros, que não é o que acontece no nosso concelho “Graças da Deus”, mas que achou um exagero “o senhor presidente da câmara comprar um telemóvel de mil cento e tal euros para seu uso fruto”. Em relação aos funcionários de verdes, diz que há aqui funcionários que, nas ordens de pagamento aparece o mês que lhes estão a pagar e noutros funcionários não aparece o mês, quer saber se os funcionários que estão a recibos verdes, se estão a trabalhar ou senão estão a trabalhar, porque se estiverem nesta questão de espelho é lógico que não pode haver pagamento, senão há serviços, não pode haver pagamento. -----

Presidente João Paulo Fonseca, essa situação da carta para maior de setenta anos eu depois passo ao Chefe de Divisão para explicar. Sobre a compra de ração para os animais, esta situação tem a ver com a situação que está identificada, como já tinha explicado, é uma situação que está identificada em Goujoim, de uma senhora que tem vinte e um cães, que já está referenciada pela GNR e quando existir o Centro de Recolha Oficial em Moimenta da Beira os canídeos têm de ser transferidos para este centro de recolha, a câmara está a disponibilizar a ração para não termos aqui uma problema ainda mais grave que é se esses vinte e um cães pudessem andar na rua ou espalhados e tornarem-se perigosos, mas é uma situação que foi acompanhada e está a ser acompanhada e temos relatórios efetuados pelos serviços do SPNA e da GNR e foi isso que ficou definido uma correlação entre entidades, enquanto não houver uma solução definitiva que a câmara possa dar este apoio. Em relação ao telemóvel do senhor presidente, disse que o

telemóvel do senhor presidente também é uma ferramenta de trabalho. Quanto à situação da carta de condução maior de setenta anos e aos recibos verdes passou a palavra ao chefe de divisão. -----

António Fernandes Chefe da DADS, referiu que naquilo que diz respeito à menção às cartas de condução, ela decorre da atividade do Espaço do Cidadão, os serviços prestados no Espaço Cidadão, dão lugar a pagamento de taxas só que essas taxas não revertem integralmente para os cofres do município, só uma determinada percentagem é que cá fica, tudo o resto tem de ser entregue à Agência para a Modernização Administrativa, são chamadas as operações de tesouraria, de certa forma estamos aqui a servir de “correia de transmissão”, e do ponto de vista contabilístico há uma entrada e há uma saída que fica registada. Naquilo que diz respeito aos recibos verdes, estes estão relacionados com a chamada prestação de serviço, que no contexto do regime geral dos trabalhadores em funções públicas, pode ser feito por avença ou por tarefa, e isso de certa forma condiciona os registos que são feitos, no caso concreto terei que ver das pessoas que estamos a falar o que isso pode condicionar o registo não sei se o senhor vereador tem aí identificado a pessoa que estamos a falar. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que é a senhora Andreia Filipa Caiado. -----

António Fernandes Chefe da DADS, disse que é a terapeuta da fala a prestar serviços no contexto daquela candidatura, que foi aprovada e que está em execução, de combate ao insucesso escolar. O registo do mês pode ser importante para termos uma noção daquilo que vai sucedendo, esta senhora tem um contrato que não a vincula ao cumprimento de um horário, esta prestação de serviço é uma modalidade que a obriga a apresentar um produto final, nas datas que forem convencionadas, neste caso concreto, é isso que exige, disse ainda que esta senhora vem regularmente a Armamar e que está no terreno. Disse ainda que a menção ao mês é certamente um erro da pessoa que faz os registos. Questionou se o senhor presidente tem alguma coisa a acrescentar. -----

Presidente João Paulo Fonseca, diz não ter mais nada a acrescentar a não ser que o serviço é prestado e devia conter o mês a que recebe. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

Presidente João Paulo Fonseca, informou que foram enviadas, a todos os membros do executivo, quatro atas das reuniões de executivo, havendo também o compromisso dos serviços de na próxima reunião trazerem as restantes atas. Disse que como são atas muito extensas, sugere, que se retirem da ordem do dia, e que se analisem para depois virem na próxima reunião. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação as atas disse que vai manter a posição de não votar a favor, referiu que as atas vêm muito atrasadas. E esclareceu que, não está nas atas vertido tudo o que se passa nas reuniões, que depende da visão, da interpretação que lhe querem dar “às nossas intervenções e está aqui escandalosamente em duas delas está aqui explicito”. -----

Presidente João Paulo Fonseca, informou que não fazia as atas, nem dá instruções como devem ser feitas, e retirou as atas da ordem do dia para serem analisadas por todos. ----

Ata da reunião realizada em 22 de novembro de 2019 -----

Deliberação: Assunto retirado da ordem do dia, para reagendamento. -----

Ata da reunião realizada em 10 de janeiro de 2020 -----

Deliberação: Assunto retirado da ordem do dia, para reagendamento. -----

Ata da reunião realizada em 24 de janeiro de 2020 -----

Deliberação: Assunto retirado da ordem do dia, para reagendamento -----

Ata da reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020 -----

Deliberação: Assunto retirado da ordem do dia, para reagendamento. -----

Fábrica Paroquial de São Martinho das Chãs – Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor: -----

“Tendo a Fábrica da Igreja Paroquial de São Martinho das Chãs necessidade de levar a efeito obras de requalificação do Santuário de N.ª Sr.ª da Piedade, conjunto arquitetónico que lhe pertence, foi elaborado um projeto, de acordo com as normas habituais, para o efeito, por parte de um Gabinete de Engenharia. -----

Este projeto excedeu a capacidade económica que de momento é deficitário e nos impede de satisfazer os nossos compromissos. -----

Vimos, por isso, solicitar uma comparticipação da autarquia a que V. Ex.ª preside dado que o valor é de 2500,00 euros. -----

Esperando a melhor compreensão a este nosso pedido ficamos desde já gratos pela ajuda.” ----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que este assunto, do pedido de apoio, por parte da Fábrica Paroquial de São Martinho das Chãs, já tinha vindo na reunião de 24 de fevereiro de 2020, e na altura por sugestão do senhor Vereador Jorge Rodrigues, achou-se melhor, dar apoio definitivo para a execução da obra e não só ao projeto. Foi agora enviado o pedido com o valor final, e a proposta é que se apoie como se costuma fazer ao apoio ao património religioso que é apoiar 50% num máximo de vinte mil euros, neste caso será em vinte mil euros a proposta do apoio. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que se deve fazer da mesma forma como se tem feito com os outros apoios. -----

Vereador Luciano Gomes, diz concordar, mas quis deixar uma anotação em relação à Igreja Matriz de Armamar a torre está ao abandono, não se consegue subir à torre, por dentro, às escadas estão podres e é Património Nacional, não se deveria fazer diferenciação. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse ao senhor vereador Luciano Gomes que entende que Igreja Matriz de Armamar e nomeadamente a torre está num estado de degradação mais avançado, mas referiu que o imóvel está classificado como Património Nacional,

sendo assim, é pertença do Estado e do Ministério das Finanças, informou que já foram dados uma série de “démarches” com o Ministério das Finanças, nomeadamente a senhora vereadora Cláudia Damião, para que aquele imóvel possa sofrer obras de requalificação, até pelo valor histórico que ele tem enquanto monumento classificado, e é lógico que se houver e estiverem criadas as condições para uma recuperação da Igreja Matriz de Armamar é primeiro a defendê-la e concorda, que quase todo o património religioso existente no concelho, a Igreja Matriz de Armamar é, talvez, daquelas que está em pior estado, explicou que isto agora tem a ver com o processo burocrático que o titular de um imóvel tem tido para “connosco”, porque nem autorizam nem assumem eles próprios a resolução do problema. Informou que a senhora vereadora Cláudia Damião esteve, em Lisboa, numa reunião com Ministério das Finanças para tentar resolver esta situação, e quando estiverem reunidas as condições para o apoio às obras, da Igreja Matriz de Armamar, disse que será o primeiro a defender e a tomar como prioritária essas obras. - Vereador António Silva, disse que não iria dizer ou acrescentar mais daquilo que o senhor presidente disse em relação à Igreja Matriz de Armamar, que é o nosso ex-líbris, mas quis reforçar a ideia, que as entidades competentes, ditas proprietárias, entenderem deixar fazer algum tipo de intervenção, também apoiará essa recuperação. E informou que não sabe bem se foi no ano passado ou há dois anos, por solicitação da Fábrica da Igreja, porque havia algumas infiltrações de água, foi solicitado que fizéssemos a limpeza do telhado e até a recuperação de uma ou outra porta e foi feita, e depois como a limpeza do telhado ainda proporcionou mais infiltrações, disse que não podemos atuar mais porque na altura foram “repreendidos” pelas entidades competentes, que nada fizeram e que ainda vieram repreender os outros por ajudar ou tentar colmatar aquela situação. Falou ainda sobre a ponte de Santo Adrião que está na mesma situação, pois nem fazem nem deixam fazer as obras, que quanto mais tarde, maior será a intervenção porque maior será a deterioração, e os custos serão muito maiores. Acabou por dizer que o Governo

tem sempre verbas para fazer e acrescentar outras obras, a nível da cultura, nas grandes cidades, e o património histórico e antigo que devia ter algum tipo de manutenção, naqueles que o município vai podendo, e tem-se verificado ao longo do tempo, nomeadamente o apoio à recuperação das várias, que estão no concelho, e estas são propriedade até da diocese, vamos recuperando, aquelas que não deixam não se pode fazer nada. Lamentou toda esta situação e reforçou para que as obras necessárias possam ser permitidas para serem realizadas, a Igreja Matriz de Armamar e todos os Armamarenses o merecem. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, dar 20.000,00 euros. -----

**Informação n.º 184DGUA20 – Auto de mediação n.º 5 – Regeneração Urbana
– Requalificação do Espaço Público da praça 25 de Abril em Armamar -----**

Transcrição do teor: -----

“Refere-se o presente auto de medição n.º 5 a trabalhos normais, realizados na empreitada supra mencionada, pelo adjudicatário Arcelino da Costa Lda., NIPC 501995269, com sede em Castanheiro do Ouro, Tarouca, no valor de 2.522,50 €, acrescido de IVA á Taxa em vigor, pelo que se poderá proceder ao seu pagamento. -----

É competente para autorizar a despesa a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no artigo 18º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho com a alteração introduzida pela Resolução 86/2011 de 4 de abril pelo que a presente informação deve ser enviada á próxima reunião de executivo.”

Informação do dirigente: -----

“Proponho o envio, à próxima reunião de executivo, para aprovação.” -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, e autorizado o pagamento. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que para ele foi novidade a questão das atas ficarem para aproxima reunião. E perguntou se é necessário fazer um requerimento para ter acesso as

gravações das atas, disse que há situações que não coincidem nada, com o que está vertido nas atas, do que se fala nas reuniões. -----

Presidente João Paulo Fonseca, disse ao vereador Jorge Rodrigues para fazer um, requerimento, dirigido ao senhor presidente da câmara, a solicitar essa situação das gravações. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

----- Não houve presenças. -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Encerramento da reunião** -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às doze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)

(António José da Silva Fernandes)